

Religião e economia: a China tem um espírito protestante?

RESUMO

Este artigo faz uma revisão sobre a relação entre instituições, com destaque para a religião e o desenvolvimento econômico, com ênfase na China. O caso chinês é particularmente interessante, pois depois de décadas de proibição e da tentativa de erradicação da religião, com formação de uma sociedade ateuista, a religião ganha liberdade e até mesmo incentivo do governo. Aqui surge um momento único: a análise da transformação das instituições e seu impacto sobre a sociedade e a economia, particularmente sobre a formação do mercado e das políticas públicas. O destaque da análise se encontra na definição das bases do confucionismo e do budismo sobre a formação das instituições sociais e do mercado chinês, que são diferentes do conceito ocidental de mercado. As diferenças encontradas apontam para uma dualidade: existem características do budismo e do confucionismo que são benéficas ao mercado, como o incentivo ao estudo, a dedicação ao trabalho, além da aceitação de hierarquias e o alinhamento do interesse individual ao interesse comum. Essas religiões, no entanto, condenam o consumismo e promovem uma ética de respeito ao meio ambiente, o que vai na direção oposta do atual crescimento do país.

Palavras-chave

Economia da Religião; China; Confucionismo; Budismo; Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

This article carries out a review of institutional relations, focusing primarily on religion and economic development and with special emphasis on China. The case of China is especially interesting, since after decades of prohibition and attempts to completely eradicate religion, to ultimately create a fully atheist society, religion has now been granted total freedom and even been encouraged by the government. A unique moment has thus presented itself: enabling us to analyse the transformation of institutions and the impact this can have on society and the economy, and especially on the formation of the market and public policies. The importance of this analysis lies in the definition of the bases of Confucianism and Buddhism on the formation of social institutions and the Chinese market, which are different from the western concept of a market. The differences that emerged suggested a certain duality: there are characteristics of Buddhism and of Confucianism that benefit the market, like their encouragement of study and education, dedication to one's work, as well as the acceptance of hierarchies and the alignment of individual interests to common interests. These religions, however, condemn consumerism and encourage an ethic of respect for the environment, ideas that are contrary to those adopted as part of the current growth of the country.

Keywords

Religion Economics; China; Confucianism; Buddhism; Economic Development.

1. Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

1. Introdução

A religião afeta a formação de preferências políticas, de capital humano e da ética do trabalho, o que se mostra particularmente importante na China atual, marcada pela disparidade da renda, pela alta formação de poluição e comprometimento dos recursos naturais e principalmente pela corrupção oficial (WANG; LIN, 2014). O estudo de Xu *et al.* (2017) encontra evidências de uma relação negativa entre corrupção e religião nas províncias chinesas, com maior destaque para as religiões nativas, como o budismo e o taoísmo e menor para as religiões estrangeiras, como o islamismo e o cristianismo.

A influência da religião é verificada no processo de sucessão de empresas familiares. Chen e Su (2017) mostram que as famílias budistas são mais eficientes no processo sucessório em relação às demais religiões na China atual. A explicação reside na doutrina religiosa que destaca o papel dos filhos em relação à família. Li e Cai (2016) mostram que a religião em geral está relacionada com a redução de custos de agência nas empresas chinesas no período entre 2003 e 2013.

Este artigo faz uma revisão sobre a relação entre instituições, com destaque para a religião e o desenvolvimento econômico, com ênfase na China. O caso chinês é particularmente interessante, pois depois de décadas de proibição e da tentativa de erradicação da religião, com formação de uma sociedade ateuista, a religião ganha liberdade e até mesmo incentivo do governo. Aqui surge um momento único: a análise da transformação das instituições e seu impacto sobre a sociedade e a economia, particularmente sobre a formação do mercado e das políticas públicas. Como argumenta Chang (2011), a literatura sobre economia das instituições explora pouco a mudança nas instituições. Nesse sentido, para contribuir para esse importante debate institucionalista, este artigo revisa o papel da religião como uma instituição que afeta a formação e o funcionamento do mercado. Com esse objetivo, revisa a literatura sobre economia e religião, com destaque para a economia do confucionismo e a economia do budismo.

Não se explora no artigo a relação entre estado e religião, o que no caso chinês é visível, com a abertura e o incentivo da liberdade religiosa promovidos pelo Estado. Historicamente, Cosgel e Miceli (2009) mostram que esta relação é conflituosa em certos momentos, assim como também se apresentou sob a forma de uma forte alian-

ça. Dada essa dualidade, que não se explica linearmente, o artigo optou pela análise da religião sem a sua relação com o ambiente estatal.

A China é formada por 56 grupos étnicos, e conforme Zhigang (2013), ela é um “jardim de religiões”, incluindo o taoísmo na região central do país, além de budismo, cristianismo, islamismo, judaísmo, maniqueísmo, zoroastrismo e confucionismo. Apesar da diversidade, existe uma cultura de paz e tolerância entre as diversas religiões, o que forma um ambiente diferenciado em função dos conflitos religiosos existentes no mundo globalizado (JINGUANG, 2013). Essa diversidade religiosa está positivamente relacionada com o desenvolvimento regional chinês, de acordo com o estudo de Ying *et al.* (2017). A religião não se apresenta como um empecilho para o desenvolvimento econômico, mas, na história recente da China, a religião foi considerada uma instituição que inibia o crescimento econômico.

Law (2005) mostra que, a partir da Revolução de 1949, festivais de adoração dos ancestrais da primavera e do outono foram proibidos, banuiu-se o *feng shui* e templos e locais religiosos foram destruídos. A busca da eliminação das duas religiões na China é anterior à entrada dos comunistas no poder, todavia, a abertura econômica nas últimas décadas expôs a sociedade chinesa à adoção de comportamentos ocidentalizados, como o consumismo. A falta de valores culturais locais, como a religião, preocupou principalmente o governo em função da nulidade das principais instituições de ordenamento social e econômico do país, que foram substituídas pelo poder governamental. Mas a herança da religião pôs os valores sociais acima dos valores individuais, e estes agora desaparecem diante do individualismo ocidental que prevaleceu nas últimas décadas com a abertura econômica chinesa. Cao (2012) mostra a tendência do Estado, a partir de 1990, de abertura religiosa, promovendo a liberdade de crença e de valores.

O resgate dos antigos valores do confucionismo para o funcionamento equilibrado da sociedade chinesa é defendido pelo próprio governo, preocupado justamente com o excesso de mudança do processo de ocidentalização de uma sociedade milenar. Bell (2008) mostra como o governo destacou elementos confucionistas na abertura das Olimpíadas de Verão de 2008. O autor destaca a institucionalização da academia confucionista de Jiang Qing, em 1997, para estudar e incentivar os tradicionais valores confucionistas na China hoje, com o nome Yangming Academy, na província de Quzhou. Jiang Qing é autor do inovador livro *Political confucianism* e fundador do Chinese Confucianism Party (Partido Confucionista Chinês).

A adoção de ideais confucionistas direciona para novos valores. Nesse sentido, Faure e Fang (2008) apresentam, no quadro abaixo, estas mudanças ocorridas na China nos últimos trinta anos.

Quadro 1 | Mudança nos valores chineses nos últimos trinta anos

VALOR ANTIGO	NOVO
Guanxi (enredamento político)	Profissionalismo
Importância do rosto sério (face)	Livre expressão dos sentimentos
Parcimônia (<i>thrift</i>)	Materialismo e ostentação
Orientação da família e do grupo	Individualismo
Aversão à lei	Respeito à lei e direito de propriedade
Respeito à etiqueta, idade e hierarquia	Respeito à simplicidade, criatividade e competência
Orientação de longo prazo	Orientação de curto prazo
Valores tradicionais	Valores modernos

Fonte: Baseado em Faure e Fang (2008).

A mudança institucional chinesa é visível e radical. A transformação econômica desejada pelo regime comunista chinês altera a estrutura social. Relações como o respeito aos direitos de propriedade, profissionalismo e busca por valores materiais não estão presentes na sociedade tradicional do país, mas são essenciais para o funcionamento de uma economia de mercado. O valor individual que o mercado considera não é mais o respeito pela idade ou posição social herdada, mas sim pela capacidade de criação de riqueza. Percebe-se claramente uma mudança nos valores da tradicional sociedade chinesa, com a incorporação de valores ocidentais, o que fatalmente conduz a uma tensão social em função da imitação de instituições que não são voltadas para a cultura local (BRUTON, 1985).

Este estudo é composto por seis seções, contando esta introdução. A seção 2 revisa e apresenta as principais ideias da economia da religião e sua contribuição para o crescimento econômico, bem como apresenta os fatores ligados à religião que afetam positiva e negativamente o processo de desenvolvimento da economia. A seção 3 apresenta a economia do confucionismo na China. A seção 4 apresenta a economia do budismo na China. A seção 5 apresenta as características institucionais do mercado

chinês em função das características relacionadas com a formação de valores religiosos. Por fim, a conclusão sintetiza os resultados encontrados na literatura e aponta as tendências para o desenvolvimento chinês.

2. Religião e economia

A economia da religião considera que o comportamento religioso interfere nas decisões comportamentais relacionadas ao ambiente sociocultural, além de moldar a formação de muitas instituições. De forma geral, esses estudos apontam diferenças de desempenho econômico entre países com alinhamentos religiosos distintos, comportamentos diversos que ajudam no processo de desenvolvimento e crescimento, bem como a identificação de diferenças de comportamento que atrapalham ou impedem o processo de desenvolvimento e crescimento. As subseções a seguir aprofundarão essas três discussões atuais entre religião e economia. Primeiramente, consideram-se os estudos que mostram diferenças entre o crescimento dos países afetados pela religião. Os demais temas de economia e religião apontam para diferenças estruturais e institucionais, relacionadas portanto ao processo de desenvolvimento econômico.

2.1. Religião, instituições e crescimento econômico

A relação entre religião e crescimento é apontada em estudos como os de Barro e McCleary (2003) e Sala-i-Martin *et al.* (2004). Esses estudos consideram diferenças na esfera religiosa como crenças para explicar diferenças de desempenho econômico. Os países são agrupados em função da sua principal religião, como hindu, asiáticas (budista, confucionista), judaica, muçulmana, ortodoxa, protestante, católica, outras religiões e sem religião.

A conclusão é que a religião explica o desempenho econômico e a capacidade de crescimento, em função da difusão de valores individuais como honestidade, trabalho ético e receptividade a estrangeiros, que são fatores institucionais ligados ao funcionamento do mercado.

A limitação desses estudos reside na visão macroeconômica dos dados, reduzindo a religião a um comportamento único nos países. A religiosidade não é uniforme dentro do mesmo país e pode mudar de região para região, já que está ligada a esferas culturais e institucionais da sociedade, com forte peso histórico na sua formação. A Índia, por exemplo, não é totalmente hindu, e não é considerado o papel das religiões muçulmana e *sikh* na formação social e econômica do país. Outra limitação reside na definição prévia do comportamento ideal de cada religião, sem respeitar diferenças sociais e geográficas. Nesse sentido, o catolicismo dos países latino-americanos é apresentado com igual ao catolicismo europeu da Itália e da Espanha em termos do impacto econômico.

Os dados refletem a situação atual dos países e não sua formação e desenvolvimento, mas apontam conclusões interessantes em relação à construção de ideias que afetam o funcionamento do mercado e identificam diferenças fundamentais entre as religiões. Todavia, a limitação temporal e a forma como os dados são tratados interferem no resultado final. Primeiramente em função do viés dos dados, pois os antigos países comunistas tentaram erradicar a religião, e sua atual classificação é problemática. Em segundo lugar, as variáveis são subjetivas e podem variar. Noland (2005) aponta seus resultados como opostos aos de Barro e McCleary (2003) e Sala-i-Martin *et al.* (2004).

Dessa forma, a conclusão de que fatores religiosos afetariam o desempenho econômico pode ficar duvidosa, já que os estudos apontam conclusões opostas. Os dados sofrem viés em função da renda mais elevada dos países europeus e dos Estados Unidos (protestantes) e do maior crescimento econômico dos países asiáticos (confucionistas e budistas).

A visão positiva do crescimento (BARRO; MCCLEARY, 2003; SALA-I-MARTIN, 2004), assim como a visão pessimista (NOLAND, 2005) apresentam duas esferas importantes da religião sobre a economia: por ser uma formação cultural, a religião constrói instituições e formaliza comportamentos que podem ajudar, assim como prejudicar o desenvolvimento da economia. Veblen apresenta a ideia de instituições imbecis (*imbecile institutions*) e mitos autorizados (HODGSON, 2004), North (1990) e Engerman e Sokoloff (2000) apresentam instituições que limitam e prejudicam o processo de desenvolvimento e crescimento da economia, assim como instituições que norteiam o seu sucesso. Olhando pelo prisma religioso, tais estudos apontam que certas instituições perpetuam a exploração e a desigualdade, e facilmente podem con-

cordar com a conclusão de Weber (1904-1905) a respeito de católicos e protestantes em função da qualidade das instituições envolvidas na definição dos incentivos de funcionamento do mercado.

Por outro lado, essas conclusões podem apontar diferenças na formação do mercado, já que este é construído pelo arranjo social e político que determina as variáveis institucionais que moldam o comportamento dos indivíduos (POLANYI, 1946). Todavia, as diferenças entre religiões de diferentes países é função de seu processo histórico, e a complexidade institucional é maior, necessitando-se recorrer ao estudo das diferenças que afetam positiva e negativamente o processo de desenvolvimento econômico. O resultado final não deve ser considerado a partir de um ano ou uma década, mas sim como uma trajetória dependente de longo prazo na formação institucional do mercado, em razão das diferenças filosóficas e psicológicas (comportamentais) da religião sobre os indivíduos e a formação dos incentivos que serão determinantes para o funcionamento do mercado.

2.2. Religião e comportamentos que afetam o desenvolvimento econômico

Desde Weber (1904-1905) muitos estudos destacam a importância da religião para o crescimento econômico, fornecendo elementos centrais para o processo de desenvolvimento. Os países protestantes apresentariam melhores condições econômicas em relação aos católicos, como destaca Clark (1947) ao mostrar que a religião contribuiu para o desenvolvimento econômico do Canadá. Hofstede *et al.* (2004, p. 166) comentam que

Weber propôs uma ligação entre o crescimento do trabalho protestante e o crescimento econômico. Ele observou que, depois da Idade Média, as sociedades europeias mais avançadas economicamente foram Veneza e outras cidades-estado do Norte da Itália, Espanha, Portugal e França. Neste período, os países do norte europeu estavam atrasados no desenvolvimento econômico. Mas, depois da Reforma, uma distinta mudança tomou forma. Desse período em diante, os países do Norte da Europa tomaram a dianteira dos países do Sul da Europa. Weber sugere que pode existir uma relação causal entre o crescimento eco-

nômico e o sistema de valores do protestantismo, conhecido como a ética do trabalho protestante, que enfatizava a responsabilidade pessoal das ações do indivíduo, e em outros aspectos, a interpretação do sucesso material como sinal de graça.

Atualmente, essa tese ainda é verificada em estudos como os de Bettendorf e Dijkgraaf (2010). Os autores encontram impacto positivo entre religião e renda nos países ocidentais. O impacto maior é nos países de renda elevada em comparação aos países de renda média, mas o resultado pode ter sido afetado pelos ex-países comunistas. Anderson e Mellor (2009) desenvolvem um estudo experimental que mostra como os grupos religiosos (protestante e católico) são mais cooperativos (fazer doação) e propensos a manter esse comportamento no tempo em relação ao grupo sem religião. A explicação reside na identificação de comportamento altruísta, cooperativo e na formação de capital social entre os grupos religiosos, o que afeta o desempenho econômico.

Blum e Dudley (2001) mostram que fatores culturais afetam o crescimento econômico. A relação weberiana é investigada pelos autores e confirmada, os países protestantes cresceram mais do que os católicos na fase pré-industrial em função do aumento da alfabetização protestante, além da maior uniformidade entre as regiões protestantes, o que não acontecia com as regiões católicas que apresentavam desigualdade na alfabetização, com o Sul sempre com menores taxas (Sul francês e Itália, por exemplo).

A tese da ética protestante é confirmada, mas não em relação ao trabalho duro e a propensão a poupar dos protestantes, mas sim na formação de rede e interação entre os mesmos, formando externalidades de rede positivas. Em outras palavras, as informações circulavam mais nas regiões protestantes e o comportamento era mais cooperativo. Como o perdão era garantido pela instituição religiosa católica e apenas os principais líderes viviam com intensidade a vida religiosa, separados do dia a dia mundano, o aumento da religiosidade católica isolava os indivíduos (comportamento menos cooperativo). Em comparação, os protestantes eram predestinados à salvação, mas deveriam se esforçar para mantê-la, e tal esforço era visível materialmente por meio do trabalho e do enriquecimento (bênção divina). A necessidade de autocontrole para manter a salvação dos protestantes também repercutia positivamente no maior respeito aos contratos.

A tese dos autores é simples: os protestantes produziram mais capital humano, que impactava mais o crescimento em função do maior estoque de capital social. A for-

mação de capital humano e social é função da formação do ambiente cultural e institucional que afeta o comportamento econômico dos indivíduos.

Esta relação pode ser vista no estudo de Daniels (1998), que apresenta a relação entre religião e o sistema econômico nas seguintes questões: a) A natureza das aspirações e definição do status social; b) Desejo de consumo; c) Relações sociais e modos de produção; d) Regulação e papel social e econômico do governo; e) Operação do sistema monetário; f) Prioridades sociais; g) Escolhas de trabalho, diversão e estilo de vida; h) Eficiência e importância das relações de troca; i) Informação e direito de propriedade; j) A natureza da mudança tecnológica.

As questões apresentadas por Daniels (1998) formam a economia da religião, com a explicação da religiosidade, afiliação religiosa, escolhas e hierarquias impactando a formação de capital humano em função do autointeresse e maximização da utilidade do indivíduo, bem como a estrutura de funcionamento e dos incentivos do mercado, como retorno maior para os indivíduos mais produtivos e inovadores. Iannaccone (1998) mostra que a economia da religião identifica os fatores não mercadológicos, como crenças, valores e normas que formam a moral e a cultura na determinação de atitudes econômicas (ordem e funcionamento do mercado).

A importância da religião na economia e nas demais áreas científicas foi contestada por vários anos. Iannaccone (1998) mostra como os sociólogos, antropólogos e psicólogos enquadravam a religião como imune ao cálculo racional. No século XIX a religião era vista como uma decisão irracional do indivíduo, uma herança primitiva e fadada a desaparecer com o avanço da era da ciência, como os escritos de Marx, Freud e Comte previam. Essa hipótese, denominada de secularização da sociedade, previa que o progresso reduziria o comportamento religioso, associado a regiões atrasadas e primitivas. Mas a hipótese mostrou-se falsa, com o tempo (SANDER, 2002).

O estudo de Stark (1999) concretizou essa falácia, ao verificar que os cientistas políticos pregaram por três séculos o fim da religião com o avanço da ciência e do conhecimento. Todavia, os dados mostram não somente o avanço das religiões atualmente, mas também a verificação de seu impacto positivo sobre o desenvolvimento econômico.

Os fatores religiosos que influenciam positivamente a economia são relacionados à formação de capital humano e de capital social, os indivíduos da mesma crença confiam mais nos indivíduos do mesmo grupo (CHUAH *et al.*, 2016). Em outras palavras,

existe uma forte relação entre religião e comportamento do indivíduo, assim como a presença de fatores socioculturais ligados à urbanização e à industrialização (MORRIS; ADELMAN, 1980).

Sander (2002) identifica como a religião é relacionada endogenamente com a educação e com a formação de capital humano, o que Iannaccone (1998) denomina de capital humano religioso.

Chaudhary e Rubin (2011) investigam a alfabetização na Índia muçulmana em comparação com a Índia hindu. O governo muçulmano promovia escolas religiosas, que eram piores em relação às governamentais na promoção da educação, e a conclusão dos autores é que a religião afeta a formação de capital humano em função das diferenças entre muçulmanos e hindus no mesmo país. Portanto, o investimento em educação é justificado em termos culturais, o que abre espaço para os valores religiosos promoverem a menor ou maior inserção da mulher no sistema educacional dos muçulmanos e hindus, respectivamente.

Em relação aos valores sociais, a religião explica a formação de capital social. Lehmann (2007) define a religião como uma instituição que promove a formação de capital social, apesar do comportamento dual: promove ajuda aos miseráveis e excluídos, mas obriga a adoção de normas, de doações e subordinação às hierarquias rígidas.

O lado bom, conforme Guiso *et al.* (2002), reside na formação do comportamento mais cooperativo dos indivíduos com alguma religião, além de maior confiança e cumprimento das leis e instituições, no governo e sistema tributário e no funcionamento do mercado. Esse comportamento é verificado no estudo de Brammer *et al.* (2007), em que os autores investigam a relação entre religião e a responsabilidade social da empresa (ética empresarial: obter lucros, pagar impostos e providenciar que seus empregados obedeçam às leis) para muçulmanos, budistas, hindus, católicos, ortodoxos (russos), judeus, outros cristãos, agnósticos e outros. Os budistas foram os que menos valorizaram o papel social da empresa e os muçulmanos não valorizavam a igualdade entre gêneros na empresa. As demais religiões apresentam incentivos comportamentais que beneficiam o funcionamento da empresa no mercado.

Já Renneboog e Spaenjers (2011) analisam as diferenças entre católicos e protestantes hoje na Holanda e verificam que os protestantes apresentam maior foco no controle e disciplina financeira; os católicos apresentam maior aversão ao risco e investem com menor frequência na bolsa de valores.

Percebe-se que a economia da religião reconhece diferenças comportamentais advindas do indivíduo e do ambiente institucional, que determinam os incentivos que conduzem à formação e desempenho do mercado. Porém, a religião também conduz a comportamentos de isolamento e não cooperação com membros não pertencentes ao agrupamento religioso. Essas características que atrapalham o funcionamento do mercado serão apresentadas e discutidas a seguir.

2.3. Religião e comportamentos que prejudicam o desenvolvimento econômico

Entre os principais estudos que analisam como a religião impacta negativamente o processo de desenvolvimento econômico, percebe-se a formação de comportamentos discricionários e a falta de confiança nos outros grupos religiosos. Berggren e Bjørnskov (2011) relacionam a formação da confiança com a religião e percebem a divisão entre os grupos religiosos e não religioso. A estimativa ficou negativa (mais de cem países e estados norte-americanos); apenas nos países asiáticos (religião budista) a relação com a confiança é positiva.

O impacto negativo da religião no desenvolvimento econômico também é verificado na discriminação educacional das meninas (COORAY; POTRAFKE, 2011), na falta de direito para as mulheres (GUIISO *et al.*, 2002; SEGUINO, 2010), na formação e perpetuação da corrupção (PALDAM, 2001) e na exploração de comportamentos de monopólio e *rent seeking* (BARROS; GAROUPA, 2002).

A discriminação educacional das meninas é verificada em 157 países no estudo de Cooray e Potrafke (2011). Os autores mostram como a discriminação educacional das meninas não é de origem política, pois os regimes autocráticos e democráticos não discriminam as oportunidades de educação das meninas. Porém, os países com diferenças educacionais são muçulmanos, portanto, a discriminação é cultural e religiosa.

Seguino (2010) analisa a desigualdade feminina e verifica que esta é originada por regras, normas, comportamentos, ou seja, a cultura relacionada com o fator religioso, pois a sociedade investe menos no bem-estar da mulher (budista, hindu, judeu, muçulmano, ortodoxo, protestante, católicos, outras religiões). Essas mesmas religiões

são consideradas no estudo de Guiso *et al.* (2002). Os autores analisam dados recentes e verificam que a religiosidade não é tolerante com os direitos das mulheres.

Paldam (2001) investiga a relação entre corrupção e religião e percebe diferenças significativas. A estimativa entre religião e corrupção ficou negativa para as religiões orientais e protestantes, todavia, para católicos e ortodoxos, a relação estimada foi positiva. Para os islâmicos, a relação verificada foi nula.

O monopólio da religião é considerado para o papel da Igreja católica na Europa feudal. Barros e Garoupa (2002) mostram que o monopólio da religião da Igreja católica, ao ditar normas sociais, mantinha uma estrutura de busca por renda (*rent seeking*), pois eliminava a competição, inibia o desenvolvimento do mercado financeiro (proibição da usura e de empréstimos) e o avanço de inovações científicas, bem como limitava o mercado de casamentos.

Os estudos de Anderson *et al.* (1992), Davidson e Ekelund (1997), Ekelund *et al.* (1989; 1992; 1996) mostram que, na religião cristã, a competição entre denominações e entre católicos e protestantes torna a sociedade mais conservadora. A presença de monopólio (apenas uma denominação cristã) torna a sociedade mais liberal, em função da dificuldade de se controlar o grupo maior de seguidores. Desta forma, a formação do mercado é verificada com o advento da competição protestante e sua busca pelos valores diferenciados do catolicismo. Com a competição, as religiões tornam-se mais meticulosas com suas crenças, o que significa o avanço do espírito protestante e do conservadorismo católico respectivamente, visto que o trabalho enriquecia a vida humana no primeiro e desviava a atenção para a salvação no segundo.

O destaque do protestantismo como determinante para o sucesso do capitalismo é verificado em outras religiões, como as asiáticas, por Weber (1915). A relação entre as duas principais religiões chinesas e a economia é considerada nas próximas seções.

3. A economia do confucionismo na China

Em 1911, com a Revolução Nacionalista, os intelectuais elegeram o confucionismo como a causa dos problemas políticos e econômicos da China. Os historiadores marxistas relacionaram o confucionismo com as tradições feudais da China, e outros in-

telectuais citavam Weber e a necessidade de se deixar o confucionismo para trás a fim de alcançar o desenvolvimento capitalista (eurocentrismo). Ele era visto como um valor do passado, que não permitia o desenvolvimento do país, como aconteceu com o catolicismo na Europa (DIRLIK, 1995).

A China é orientada pelo confucionismo e legalismo desde a Revolução Nacionalista em 1911, com a formação de um governo pelos homens, com ênfase na educação moral e conduta ética. Sem o fim da religião, como desejavam os intelectuais, ela foi regulamentada a partir de 1949 com a Revolução Cultural. Líderes religiosos eram perseguidos severamente e obrigados a trabalho forçado, e o governo passou, por meio do legalismo, a se beneficiar da cultura de obediência às instituições, buscando substituir a religião pelo Estado como elemento de ordenamento da sociedade. Apenas em 1982 o Documento 19 garantiu que o governo respeitaria e protegeria a crença em cinco religiões permitidas: budismo, taoísmo, islamismo, catolicismo e protestantismo (BROWN; TIERNEY, 2009).

O legalismo, formado para controlar e substituir a religião, garantia a formação de normas com ênfase na conduta social e não apenas individual, que são heranças do sistema religioso chinês (BOSWORTH; YANG, 2000). O sistema legal chinês garante a defesa dos interesses do governo e da sociedade em face dos interesses do indivíduo. Esta característica mostra como o mercado chinês é diferenciado em relação ao conceito de liberdade de escolha do indivíduo que busca seu próprio interesse, pois Confúcio pregava a complementariedade e a cooperação, mais do que a competição entre os diversos indivíduos (SUN, 1987).

Os valores culturais da sociedade chinesa, em virtude das diferenças religiosas, estabelecem incentivos comportamentais e institucionais específicos na formação do mercado. A primeira diferença no funcionamento de mercado na China é o menor respeito ao direito de propriedade, em função da ideia de que o direito do indivíduo não pode ser maior que o direito social, pois o confucionismo identifica a imitação e a cópia como formas de aprendizado.

Influência do confucionismo nos negócios chineses mostra respeito à idade e à hierarquia, orientação pelo interesse do grupo, conexão e comunicação austera (olho no olho), conforme discutem Keow e Halbauer (1999). Já Machado (2007) analisa os valores do confucionismo, como harmonia e equilíbrio, trabalho árduo, poupança e perspicácia, família, frugalidade, autocontrole, condenação do consumo de bens su-

pérfluos e privação individual. A autora compara esses valores à ética calvinista, e analisa especialmente os chineses comerciantes no Paraguai. O imigrante conserva o capital cultural e humano, como o português que abre padaria, o brasileiro, churrascaria e o árabe, comércio de tecidos. Ele também tende a formar capital social com outros imigrantes residentes na região. A autora identifica que os imigrantes chineses respeitam os valores confucionistas de forma tradicional, como a condenação do consumismo, mas exploram o consumismo do comércio alheio. Este comportamento é verificado atualmente na China, com incentivo governamental, como exposto anteriormente, mas se beneficiando dos valores confucionistas. Em outras palavras, a ética confucionista pode ser identificada, mesmo após décadas de exclusão da religião na vida da sociedade chinesa, mas sob a forma de incentivo governamental. Liu *et al.* (2014) mostram que os valores confucionistas estão relacionados a indivíduos com maior aversão ao risco e maior paciência. Tais características ainda são percebidas na China e Taiwan, e estão presentes na maior aceitação dos indivíduos das decisões coletivas e sociais em detrimento do desejo individualista.

Atualmente, na China os valores apontam para uma ocidentalização por meio do incentivo ao consumismo. A China comunista (maoísta) negava a religião, mas beneficiou-se de seus valores para negar o consumismo. O confucionismo ressurgiu a partir dos anos 1980 com a reforma de 1978 (SUN, 1987), anteriormente perseguido pelo governo chinês, pois sua ideologia era vista como contrária ao progresso e à modernidade, a despeito de o regime ser capitalista ou comunista (DIRLIK, 1995). Hoje, o governo incentiva o consumo interno com propagandas (anos 1990) de “consumidores modernos e sofisticados”. Em 2006 o governo chinês lançou um projeto denominado Renascimento da Harmonia da China, para resgatar valores antigos do confucionismo, como harmonia e equilíbrio.

A necessidade de resgate dos valores religiosos do confucionismo é justificada em função do envelhecimento da população praticante. O estudo de Brown e Tierney (2009) relaciona o bem-estar dos chineses com mais de oitenta anos e a prática religiosa. O estudo mostra que as mulheres são mais religiosas e frequentam mais as atividades religiosas do que os homens. Os resultados mostram que a metade dos entrevistados confirmou ter dificuldade para a obtenção da alimentação necessária para a sobrevivência. A grande maioria se queixou de doenças, como diabetes, tuberculose, mal de Parkinson, hipertensão, doenças respiratórias e câncer. Entre os entrevistados,

80% não possuem dificuldade nas tarefas do dia a dia (vestir, caminhar), 62% dos entrevistados eram analfabetos e 21,5% recebem pensão do governo. A relação entre religião e bem-estar ficou negativa, contrariando os resultados aplicados na literatura entre as duas variáveis. Mas esse resultado pode ser creditado ao efeito da Revolução Cultural, que reduziu a importância do confucionismo na China, restringindo o impacto da religião para as regiões remotas e para a população mais velha, como confirma o estudo de Brown e Tierney (2009).

Os valores confucionistas foram absorvidos pelo sistema legal chinês e novamente reafirmados com a reforma e a abertura econômica atual. Os valores sociais sobre o mercado asiático são identificados por Ornatowski (1996) ao analisar o confucionismo no Japão. O autor identifica um forte impacto na educação, no mercado de trabalho (relações trabalhistas e organização industrial) e na burocracia do governo em relação aos demais países ocidentais. Questões tradicionais aparecem, como “respeito pelo aprender”, “família”, “harmonia social” e “lealdade”. Fukuyama (1995) considera que a noção de democracia na Ásia está ligada aos valores do confucionismo, e mistura os valores individuais com os valores comunitários.

Essa mistura entre o lado individual e o social é intermediada por instituições (legalismo) como o Estado e a família. O poder de organização do mercado é marcado pelo interesse coletivo e não apenas individual: por intermédio do confucionismo, os interesses individuais são reduzidos em relação ao interesse social representado pelas instituições.

O mercado chinês é marcado pela ética confucionista que prega a frugalidade da vida material e do consumismo em favor da poupança e da prudência (ZOU, 1995). Esses valores, associados ao interesse coletivo, marcam a presença de investimento em infraestrutura, educação e na capacidade de planejamento de longo prazo. Pelo lado das empresas, Tan e Khoo (2002) mostram como os sistemas de qualidade total são possíveis de serem desenvolvidos nos países orientais em função dos valores confucionistas, como disciplina, cultura organizacional, liderança e valores do trabalho árduo.

Percebe-se que os valores do confucionismo possibilitam a adoção de uma ética de trabalho, progresso e investimento de longo prazo em fatores que auxiliam o desenvolvimento econômico, como infraestrutura, educação e poupança. Tais valores explicam também a alta capacidade de determinismo do Estado sobre o mercado, pois este representa, assim como outras instituições, os valores sociais, preferíveis em relação aos individuais.

4. A economia do budismo na China

O budismo apresenta uma origem milenar nas sociedades asiáticas. Ariyaratne (1980) comenta como os monges budistas desempenharam um importante papel social e religioso para o bem-estar no Sri Lanka, desde o século III d.C., quando essa religião foi introduzida no país. Os monges ainda influenciam fortemente a população rural e interiorana. Eles são líderes do povo e foram usados durante a colonização portuguesa e holandesa para aproximação com a população.

Daniels (1998) mostra como o budismo prega que a acumulação material é fútil, uma ilusão. O correto é uma vida de autonegação e busca do nirvana, por meio da eliminação do desejo e da luxúria do mundo material. O desejo material deve se manter apenas no básico e necessário. Schumacher (1973) aponta que, segundo a ordem budista, o mercado deve privilegiar o “pequeno, simples e não violento”, o que é o contrário da visão tradicional de aumento da escala e da produtividade, bem como do consumismo (LENNERFORS, 2015).

Microeconomicamente, existe uma tensão na formação das preferências dos budistas, conforme aponta o modelo de Wiese (2011). O indivíduo oscila entre duas formas distintas de escolha: o Tanha e o Chanda. O primeiro é o desejo de ter objetos materiais e está relacionado com valores artificiais e a ignorância. O Chanda é o desejo por bem-estar e se relaciona com valores verdadeiros obtidos com o acúmulo de sabedoria. O grau de desenvolvimento do indivíduo muda conforme ele vai amadurecendo, ou obtendo sabedoria, o que muda as suas preferências. O mercado sofre assim um processo de transformação quando os indivíduos aderem ao Chanda e abandonam o Tanha.

Entre o confucionismo e o budismo, tanto na China como nos demais países asiáticos, o budismo se mostra mais conservador em relação aos valores ocidentais, como o consumismo. Percebe-se um arranjo social mais preocupado com o progresso espiritual e os valores orientados ao mercado desvirtuam a busca destes.

Essa diferença é ressaltada por Ling (1980) ao analisar o budismo no Sri Lanka. O autor percebe que a educação no país é orientada para artes e humanidades. Por outro lado, o confucionismo no Japão e na Coreia do Sul possibilitou o avanço da educação nesses países, mas com orientação para as necessidades do mercado, como as áreas exatas e a engenharia (CANUTO, 1994).

A orientação do budismo por valores que não são complacentes com o individualismo do mercado ocidental é considerada nos estudos de Tu *et al.* (2011) para a área rural do Tibete. Os autores verificam a relação positiva entre a religião e o desempenho econômico (produção e renda). Todavia, essa relação se apresenta em forma de U entre idade e renda (doação) nos templos. O resultado identificado pelos autores mostra que, mesmo no budismo, o desempenho econômico está relacionado à participação religiosa e esta, por sua vez, depende da idade. Conclusivamente, percebe-se uma rigidez na estrutura social e econômica do país budista, advinda da hierarquia religiosa estabelecida.

Os valores budistas também podem ser identificados no estudo de Weber (1999). Esses valores consideram que a economia budista se aproxima dos ensinamentos da filosofia de Gandhi, com forte apelo ambientalista e de disciplina da paz. Outra contribuição dos valores budistas para estabelecer um mercado mais humano são os indicadores de economia da felicidade (HIRATA, 2003), que estabelecem meios alternativos para medir o progresso espiritual, físico e emocional, criticando a visão de centralização na medida monetária (bem-estar econômico apenas).

5. Definição de mercado a partir da economia institucional na China

A primeira diferença aparente na formação do mercado chinês é a sua orientação social e não apenas individual. O perfil dos investimentos em políticas de desenvolvimento de longo prazo, em educação, e a busca de disciplina e equilíbrio exemplificam essas diferenças calcadas em características culturais e religiosas. Todavia, a perseguição do regime comunista às religiões praticadas na China, aliada ao preconceito dos intelectuais chineses ao longo do século XX de que o confucionismo e o budismo prejudicavam o progresso social e econômico, culminou na formação de uma sociedade na qual os valores religiosos estão no interior, ou praticados pela população mais velha.

A atual orientação do governo chinês para a religião procura retomar valores perdidos com a ocidentalização do país. Jenkins (2002) mostra que a religião (budismo, confucionismo, neoconfucionismo, taoísmo) na China é humanista e prega a harmonia entre o indivíduo e o ambiente (cosmos). Essa harmonia perdida nos segmentos mais jovens e de maior renda da população chinesa está mais próxima do confucionismo que do budismo.

Os autores analisados não apenas confirmam que o confucionismo está relacionado aos processos de abertura e reforma verificados a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, como também que o budismo está relacionado ao controle político da região do Tibete. O controle político dos monges sobre a sociedade tradicional (atrasadas economicamente) é maior e a orientação contra o consumismo e os valores econômicos do mercado são maiores.

A escolha do governo chinês pela apresentação de valores confucionistas no Ocidente em detrimento do budismo reflete a orientação pela adoção de uma economia de mercado, assim como no Japão e na Coreia do Sul, que são confucionistas. Apesar dos valores defendidos pelo confucionismo serem de equilíbrio e harmonia do indivíduo com o ambiente (cosmos), a China é amplamente poluidora, o que mostra um pragmatismo se sobrepondo ao idealismo das tradições religiosas chinesas.

As religiões chinesas destacam o papel coletivo ou social acima dos valores individuais. O comportamento individual não pode estar acima dos objetivos sociais – essa característica se choca com a definição ocidental de mercado, que é orientada pela busca da maximização da utilidade do indivíduo.

O mercado chinês ainda é pouco sensível em relação aos direitos de propriedade, como nos países capitalistas. O desrespeito é reflexo da cultura de subordinação dos interesses individuais aos interesses comuns. Novamente o interesse coletivo é superior ao individual, porém esse fator pode limitar as inovações e privilegiar apenas as imitações.

A cooperação é mais valorizada nas instituições chinesas. Destacam-se o mérito, a piedade e as doações, que são valores sociais que não privilegiam o progresso via mercado, orientados pela busca individual e egoísta por merecimento próprio e aptidões conquistadas (MEHDEN, 1980).

O planejamento e a visão de longo prazo são enraizados na formação religiosa do país. A defesa da ética do trabalho é defendida em sintonia com a busca da simplicidade. O indivíduo deve aprender, estudar, trabalhar, mas sem ficar refém do consumismo. Aqui reside a explicação da alta capacidade de poupança oriental, advindos da visão de eficiência no trabalho e preocupação com o amanhã, ou seja, a renda gerada deve ser guardada para o sustento dos familiares e idosos.

A questão ambiental e a cultura da paz também são valores institucionais diferentes. A religião prega o respeito ao meio ambiente e a superação da violência. Tais valores são importantes atualmente, e a cultura confucionista e sobretudo budista são apresentadas

ao Ocidente como exemplos de desenvolvimento sustentável e pacífico. O governo chinês, no entanto, não adere a esses princípios, pois promove o crescimento acima dos valores ambientais, com o aumento desproporcional da poluição e ocupação do Tibete.

Aqui reside o ponto central de mudança institucional. O governo chinês promoveu o ateísmo, no lugar da religião, beneficiando-se da cultura de obediência da hierarquia e das instituições. Com o advento das religiões tradicionais, a questão central é como o indivíduo irá se comportar. As regras religiosas se chocam com os ideais de desenvolvimento promovidos pelo governo. Este choque de valores define a formação institucional que culmina na formação do mercado. A linha de pesquisa de comparações institucionais (AOKI, 1996) tem aqui um importante desafio de entender se a China irá usar os valores religiosos para a promoção de uma economia de mercado, como o Japão e a Coreia do Sul, ou se a tradição milenar chinesa irá superar o governo e promover o desenvolvimento econômico alinhado ao desenvolvimento dos indivíduos e respeito ao meio ambiente.

6. Conclusão

A economia da religião verifica a formação institucional e cultural do país por meio da análise da religião, que forma os valores individuais. Atualmente o crescimento asiático, com destaque para a China, põe em evidência os valores religiosos dessas sociedades, assim como Weber destacou o espírito protestante para a formação do capitalismo moderno.

Considerando-se o papel da religião no crescimento econômico, as evidências não são conclusivas. Os dados são muito atuais e as variáveis, com alto grau de subjetividade, mostram em alguns estudos uma relação positiva e, em outros, uma relação negativa entre religião e crescimento econômico.

Dessa forma, os principais estudos econômicos que associam a religião no desempenho econômico consideram fatores estruturais ligados ao desenvolvimento econômico. Os resultados também são duais, apontando fatores que contribuem e outros que impedem o desenvolvimento econômico.

Com esse arcabouço teórico, investigou-se como a literatura econômica considera o papel do confucionismo e do budismo no desenvolvimento econômico chinês. Após

um século de tentativas de eliminar a religião no país, a abertura econômica do país, aliada à falta de religiosidade da população exposta a décadas de proibição, conduziu o país à formação de uma nova classe média consumista e ocidentalizada.

O próprio governo chinês recuou e liberou as religiões no país. Em eventos internacionais, os valores confucionistas são destacados. A busca pela ética confucionista tem por objetivo implantar valores de harmonia e equilíbrio, todavia sem condenar o consumo, como faz abertamente o budismo. Nesse sentido, as evidências apontam para uma escolha racional do governo chinês de privilegiar o confucionismo em detrimento do budismo pela lógica econômica. Novos estudos voltados para a sociologia e a filosofia da religião podem confirmar essa evidência.

O papel do governo na coordenação do mercado é um fator herdado da ordem religiosa. Os valores religiosos estabelecem um limite para o interesse individual em favor dos valores sociais (coletivos), e as instituições que representam tais valores são o Estado e a família, principalmente.

A orientação social na China é pautada por valores oriundos das religiões, como ética de trabalho duro, disciplina e obediência, cultura de educação e aprendizado, bem como a defesa de investimento de interesse de longo prazo, pois o futuro deve ser preservado em detrimento do interesse imediatista, o que se confirma para os investimentos em infraestrutura. Esses valores estão em sintonia com o desenvolvimento econômico, mas a cultura religiosa, principalmente do budismo, condena o consumismo desenfreado e busca o respeito ao meio ambiente e uma cultura de paz.

Percebe-se a construção de valores de mercado e comportamentos que auxiliam o processo de desenvolvimento econômico advindos da religião, que são igualmente defendidos pelo governo. Essa relação pode ser comparada ao espírito protestante proposto na obra de Weber para as sociedades ocidentais. Porém, os valores religiosos, conforme a literatura específica consultada, mostram uma contradição com os valores de mercado. Tal contradição se apresenta como um caso de evolução das instituições, com soluções que vão da adoção dos valores religiosos que interessam à economia de mercado, ou a sua superação em prol de um desenvolvimento mais holístico, orientado para o desenvolvimento do indivíduo em sintonia com o meio ambiente. Essa dualidade e a sua superação são um fator que interessa a economia institucional, por se tratar de uma evolução das instituições, com claros impactos sobre o mercado interno, implicando uma evidência sobre a mudança institucional.

Referências

- ANDERSON, L. R.; MELLOR, J. M. Religion and cooperation in a public goods experiment. *Economic Letters*, vol. 105, p. 58-60, 2009.
- ANDERSON, G. M.; EKELUND, R. B.; HEBERT, R. F.; TOLLISON, R. D. An economic interpretation of the medieval crusades. *Journal of European Economic History*, vol. 21, p. 339-363, 1992.
- AOKI, M. Towards a comparative institutional analysis: motivations and some tentative theorizing. *The Japanese Economic Review*, vol. 47, n. 1, p. 1-19, 1996.
- ARIYARATNE, A. T. The role of Buddhist monks in development. *World Development*, vol. 8, p. 587-589, 1980.
- BARRO, R. J; MCCLEARY, R. M. Religion and economic growth across countries. *American Sociological Review*, vol. 68, n. 5, p. 760-781, 2003.
- BARROS, P. P; GAROUPA, N. An economic theory of church strictness. *The Economic Journal*, vol. 112, n. 481, p. 559-576, 2002.
- BELL, D. *China's new confucianism: politics and everyday life in a changing society*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- BERGGREN, N; BJØRNSKOV, C. Is the importance of religion in daily life related to social trust? Cross-country and cross-state comparisons. *Journal of Economic Behavior and Organization*, vol. 80, p. 459-480, 2011.
- BETTENDORF, L; DIJKGRAAF, E. Religion and income: heterogeneity between countries. *Journal of Economic Behavior and Organization*, vol. 74, p. 12-29, 2010.
- BLUM, U; DUDLEY, L. Religion and economic growth: was Weber right? *Journal of Evolutionary Economics*, vol. 11, p. 207-230, 2001.
- BOSWORTH, D; YANG, D. Intellectual property rights, technology flow and licensing opportunities in the People's Republic of China. *International Business Review*, vol. 9, p. 453-477, 2000.
- BRAMMER, S; WILLIAMS, G; ZINKIN, J. Religion and attitudes to corporate social responsibility in a large cross-country sample. *Journal of Business Ethics*, vol. 71, p. 229-243, 2007.
- BROWN, P. H.; TIERNEY, B. Religion and subjective well-being among the elderly in China. *The Journal of Socio-Economics*, vol. 38, p. 310-319, 2009.
- BRUTON, H. J. The search for a development economics. *World Development*, vol. 13, n. 10-11, p. 1099-1124, 1985.
- CANUTO, O dos S. F. *Processo de industrialização tardia: o "paradigma" da Coreia do Sul*. Tese (Doutorado em Economia). Unicamp, 1991.
- CAO, S. Socioeconomic value of religion and the impacts of ideological change in China. *Economic Modelling*, vol. 29, n. 6, p. 2621-2626, 2012.
- CHANG, H. J. Institutions and economic development: theory, policy and history. *Journal of Institutional Economics*, vol. 7, n. 4, p. 473-498, 2011.

- CHAUDHARY, L; RUBIN, J. Reading, writing, and religion: institutions and human capital formation. *Journal of Comparative Economics*, vol. 39, p. 17-33, 2011.
- CHUAH, S. H.; GÄCHTER, S.; HOFFMANN, R.; TAN, J. H. W. Religion, discrimination and trust across three cultures. *European Economic Review*, vol. 90, p. 280-301, 2016.
- CLARK, S. D. Religion: the religious factor in Canadian economic development. *The Journal of Economic History*, vol. 7, suplemento: Economic Growth: a symposium, p. 89-103, 1947.
- COORAY, A; POTRAFKE, N. Gender inequality in education: political institutions or culture and religion? *European Journal of Political Economy*, vol. 27, p. 268-280, 2011.
- COSGEL, M; MICELI, T. J. State and religion. *Journal of Comparative Economics*, vol. 37, p. 402-416, 2009.
- DANIELS, P. L. Economic change, the environment and Buddhism in Asia. *International Journal of Social Economics*, vol. 25, n. 2, p. 968-1004, 1998.
- DAVIDSON, A. B.; EKELUND, R. B. The medieval church and rents from marriage market regulations. *Journal of Economic Behavior and Organization*, vol. 32, p. 215-245, 1997.
- DIRLIK, A. Confucius in the borderlands: global capitalism and the reinvention of Confucianism. *Boundary 2*, vol. 22, n. 3, p. 229-273, 1995.
- EKELUND, R. B.; HEBERT, R. F.; TOLLISON, R. D. An economic model of the medieval church: usury as a form of rent seeking. *Journal of Law, Economics and Organization*, vol. 5, p. 307-331, 1989.
- _____. The economics of sin and redemption: purgatory as a market-pull innovation. *Journal of Economic Behavior and Organization*, vol. 19, p. 1-15, 1992.
- _____. *Sacred trust: the medieval church as an economic firm*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- ENGERMAN, S. L.; SOKOLOFF, K. L. History lessons: institutions, factors endowments, and paths of development in the new world. *The Journal of Economic Perspectives*, vol. 14, n. 3, p. 217-232, 2000.
- FAURE, G. O.; FANG, T. Changing Chinese values: keeping up with paradoxes. *International Business Review*, vol. 17, p. 194-207, 2008.
- FUKUYAMA, F. Confucianism and democracy. *Journal of Democracy*, vol. 6, n. 2, p. 20-33, 1995.
- GUIISO, L; SAPIENZA, P; ZINGALES, L. *People's opium? Religion and economic attitudes*. Cambridge: Documento de trabalho NBER n. 9237, 2002.
- HIRATA, J. Putting across national happiness in the service of good development. *Journal of Bhutan Studies*, vol. 9, p. 99-139, 2003.
- HOFSTEDE, G; NOORDERHAVEN, N. G.; THURIK, A. R.; UHLANER, L. M.; WENNEKERS, A. R. M.; WILDMAN, R. E. Culture's role in entrepreneurship: self-employment out of dissatisfaction. In: BROWN, T. E.; ULIJN, J. (Orgs.). *Innovation, entrepreneurship and culture: the interaction between technology, progress and economic growth*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004. p. 162-203.
- HOGDSON, G. M. *The evolution of institutional economics: agency, structure and Darwinism in American Institutionalism*. Londres: Routledge, 2004.

- IANNACCONI, L. R. Introduction to the economics of religion. *Journal of Economic Literature*, vol. 36, n. 3, p. 1465-1495, 1998.
- JENKINS, TN. Chinese traditional thought and practice: lessons for an ecological economics worldview. *Ecological Economics*, vol. 40, p. 39-52, 2002.
- JINGUANG, L. The tolerance and harmony of Chinese religion in the age of globalization. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, vol. 77, p. 205-209, 2013.
- KEOW, S; HALBAUER, H. Managing relationships within sino-foreign joint ventures. *Journal of World Business*, vol. 34, n. 4, p. 344-371, 1999.
- LAW, P. L. The revival of folk religion and gender relationships in rural China: a preliminary observation. *Asian Folklore Studies*, vol. 64, n. 1, p. 89-109, 2005.
- LEHMANN, D. A milagrosa economia da religião: um ensaio sobre capital social. *Horizontes Antropológicos*, vol. 13, n. 27, p. 69-98, 2007.
- LENNERFORS, T. T. A Buddhist future for capitalism? Revising Buddhist economics for the era of light capitalism. *Futures*, vol. 68, p. 67-75, 2015.
- LING, T. Buddhist values and development problems: a case study of Sri Lanka. *World Development*, vol. 8, p. 577-586, 1980.
- LI, W.; CAI, G. Religion and stock price crash risk: evidence from China. *China Journal of Accounting Research*, vol. 9, p. 235-250, 2016.
- LIU, E. M.; MENG, J.; WANG, J. T. Confucianism preferences: evidence from lab experiments in Taiwan and China. *Journal of Economic Behavior and Organization*, vol. 104, p. 106-122, 2014.
- MACHADO, R. P. “A ética confucionista e o espírito do capitalismo”: narrativas sobre moral, harmonia e poupança na condenação do consumo conspícuo entre chineses ultramar. *Horizontes Antropológicos*, ano 13, n. 28, p. 145-174, 2007.
- MEHDEN, F. R. V. D. Religion and development in South-east Asia: a comparative study. *World Development*, vol. 8, p. 545-553, 1980.
- MORRIS, CT; ADELMAN, I. The religious factor in economic development. *World Development*, vol. 8, p. 491-501, 1980.
- NOLAND, M. Religion and economic performance. *World Development*, vol. 33, n. 8, p. 1215-1232, 2005.
- NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- ORNATOWSKI, G. K. Confucian ethics and economic development: a study of the adaptation of Confucian values to modern Japanese economic ideology and institutions. *Journal of Socio-Economics*, vol. 25, n. 5, p. 571-590, 1996.
- PALDAM, M. Corruption and religion adding to the economic model. *Kiklos*, vol. 54, p. 383-414, 2001.
- POLANYI, K. *The great transformation*. Nova York: Farrar & Rinehart, 1944. [Ed. brasileira: *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.]

- RENNEBOOG, L; SPAENJERS, C. Religion, economic attitudes, and household finance. *Oxford Economic Papers*, vol. 64, p. 103-127, 2011.
- SANDER, W. Religion and human capital. *Economic Letters*, vol. 75, p. 303-307, 2002.
- SCHUMACHER, E. F. Small is beautiful – economics as if people mattered. New York: Harper Perennial, 1973.
- SEGUINO, S. Help or hindrance? Religion's impact on gender inequality in attitudes and outcomes. *World Development*, vol. 39, n. 8, p. 1308-1321, 2010.
- SHEN, N; SU, J. Religion and succession intention – evidence from Chinese family firms. *Journal of Corporate Finance*, vol. 45, p. 150-161, 2017.
- STARK, R. Secularization R. I. P. *Sociology of Religion*, vol. 60, n. 3, p. 249-273, 1999.
- SUN, T. H. Confucianism and the recent Chinese economic reform. *Journal of Economic Development*, vol. 12, n. 1, p. 7-32, 1987.
- TAN, K. C.; KHOO, H. H. The relevance of Confucianism to national quality awards in Southeast Asia. *International Journal of Cross Cultural Management*, vol. 2, n. 1, p. 65-82, 2002.
- TU, Q; BULTE, E; TAN, S. Religiosity and economic performance: micro-econometric evidence from Tibetan area. *China Economic Review*, vol. 22, p. 55-63, 2011.
- WANG, Q; LIN, X. Does religious beliefs affect economic growth? Evidence from provincial-level panel data in China. *China Economic Review*, vol. 31, p. 277-287, 2014.
- WEBER, M. Die protestantische ethik und der geits des kapitalismus. *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, vol. XX e XXI, 1904-1905.
- _____. Zwischenbetrachtung. *Gesammenlt Aufsätze zur Religionssoziologie*, vol. I, p. 436-473, 1915.
- WEBER, T. Gandhi, deep ecology, peace research and Buddhist economics. *Journal of Peace Research*, vol. 36, n. 3, p. 349-361, 1999.
- WIESE, H. Moderation, contentment, work, and alms – a Buddhist household theory. *The Journal of Socio-Economics*, vol. 40, p. 909-918, 2011.
- XU, X.; LI, Y.; LIU, X.; GAN, W. Does religion matter to corruption? Evidence from China. *China Economic Review*, vol. 42, p. 34-49, 2017.
- YING, Z.; LIU, S.; BAO, S.; ZHOU, J. Religious diversity and regional development in China. *China Economic Review*, vol. 46, p. 1-9, 2017.
- ZHIGANG, Z. Chinese cultural resources in building a harmonious world – a review on the exploring achievements made by Chinese senior scholars. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, vol. 77, p. 214-226, 2013.
- ZOU, H. F. The spirit of capitalism and savings behavior. *Journal of Economic Behavior and Organization*, v. 28, p. 131-143, 1995.

Recebido em 1/3/2017 e aprovado em 19/11/2017